

O machismo, em finanças, é ridículo

Otávio Tirso de Andrade

Após a reunião do FMI, em Seul, é de se esperar que o ministro Dilson Funaro compreenda a inani-dade das vociferações "nacionalistas" contra aquela instituição. A gritaria dos ignaros não dará solução aos problemas financeiros, econômicos e sociais do País. Os militantes do PT, os saturnídeos do sr. Braga-Brizola e os marxizados dos grupelhos emergidos da clandestinidade querem ver o circo pegar fogo. A meta desse pessoal — presente, inclusive, em vários escalões do governo — é a subversão da democracia com vistas à implantação de um regime populista idêntico aos que devastam as nações africanas. Quanto mais depressa essa verdade for assimilada pela opinião pública, mais rapidamente encurtaremos o período a transcorrer entre o atual regime — legal, mas ilegítimo — e o advento de uma democracia sem qualificativos. A prosseguirmos na atroada crescente, a próxima Assembléia Constituinte desembocará em uma Convenção Revolucionária. Tal como ocorreu na França do século XVIII.

O machismo em finanças e administração pública é ridículo, inepto e sintomático de debilidade de espírito. No intervalo de suas atividades intelectuais — o último versinho declamado às crianças, no Planalto, é uma joiazinha da literatura das antigas folhinhas ilustradas —, o sr. presidente Sarney deve-ria convidar os seus correlegionários — e ele os tem? — a se portarem com mais circunspeção nos debates a propósito da dívida, do comércio exterior e da política externa em geral. O momento não recomenda ao governo consentir na continuação do espetáculo montado nos meios de comunicação por polítólogos, sociólogos e economistas a seu serviço, os quais estariam mais adequadamente situados nas plataformas rotativas dos caixos de préstitos carnavalescos.

O governo só não acertará na condução da política financeira e econômica se não quiser ou for excessivamente fraco. No documento "Estratégia de Estabilização Econômica", que se tornará histórico, o ex-ministro Francisco Dornelles advertiu serenamente: "Há riscos graves de descontrole monetário e inflacionário já a partir de julho, diante do virtual esgotamento dos instrumentos paliativos até agora utilizados na condução da política econômica. Urge, por outro lado, que sejam ultimados os entendimentos com o Fundo Monetário Internacionais e os bancos estrangeiros para que se obtenha a efetiva normalização do setor externo da economia. Esses entendimentos repousam, também, no equaciona-

mento do desequilíbrio interno. Não se podem esperar, portanto, resultados satisfatórios desses entendimentos na ausência do saneamento do setor público".

O discurso do sr. de Larosière, lá na Coréia do Sul, repetiu com outras palavras o que disse o ex-ministro Dornelles. Uma vez que, como todos sabem, santo de casa não faz milagres, as mesmas palavras do brasileiro, ditas pelo francês, talvez logrem audiência benévolas em Brasília.

Em sua estréia na cena internacional, o ministro Funaro deve ter tido ocasião de verificar, também, que os desafetos endereçados por certos demagogos brasileiros ao FMI não são os primeiros nem serão os últimos na vida da instituição. Por sua própria natureza o FMI é insensível às caretas dos maus pagadores. Criado para socorrer desequilíbrios nas contas externas dos Estados-membros e combater a inflação o FMI expõe-se, profissionalmente, a ser o bode explatório de governantes ineptos e multidões semi-alfabetizadas.

As ameaças de "ruptura com o FMI" e "moratória unilateral", partidas de governantes de um país da dimensão do Brasil — isto aqui não é o Peru —, não mais suscitam risos entre os civilizados. Infundem-lhes comiseração por ser mais do que evidente que o povo brasileiro, seus trabalhadores e empresários não merecem a classe de políticos e administradores que têm.

Além de tudo, a par da dívida brasileira, há questões muito mais importantes a requererem a atenção dos líderes ocidentais. A provável queda nos preços internacionais do petróleo poderá acarretar a falência de bancos que financiaram pesquisas e exploração de jazidas quando os preços do barril andavam em torno de 30 dólares. Uma debandada na quadrilha da Opep poderá paralisar as sondas no Mar do Norte e no Alasca e arrastar grandes bancos internacionais à quebra-deira.

Mas não é só. A dívida da agricultura norte-americana nos bancos particulares do país é igual à soma total dos débitos externos do Brasil e do México. Ultrapassa 200 bilhões de dólares! A alta no preço da terra a partir de 1981 torna quase impossível aos fazendeiros de lá pagarem, por si mesmos, os débitos assumidos. A produção não remuneraria mais, como anteriormente, o capital investido na compra das fazendas. Não temos dúvida: o Congresso americano socorrerá os lavradores. Mas o fato é digno de registro para fazer o nosso governo compreender que, no Congresso, em Washington, a leva de USA

passa na frente das estatais brasileiras em matéria de socorro a endividados.

O que o governo tem a fazer, portanto, não é mobilizar-se e aos seus seguidores para empreender uma "guerra" que resultará, inevitavelmente, em uma espécie de Falklands financeira. Deve agir como recomendam cidadãos da competência e descortínio do senador Roberto Campos, da prudência e firmeza do sr. Francisco Dornelles, da lucidez e experiência do sr. Octávio de Bulhões, da serenidade e correção do professor Antônio Dias Leite e tantos outros patriotas autênticos; é pôr fim imediato ao descalabro das contas do Estado; é lutar contra o déficit orçamentário e a bacanal nas estatais; é acabar de uma vez por todas com os empréstimos externos para novos investimentos em empresas públicas; é recorrer à poupança particular nacional e estrangeira para dar prosseguimento a empreendimentos em curso e criar novos negócios; é reduzir à expressão mais infima o repugnante estatismo, apesar da gritaria e lamúrias da "privilegiantsia" amamentada com cheques caídos do céu todo o fim de mês.

"Ao considerarmos objetivamente o problema da dívida exterior dos subdesenvolvidos, é evidente que a incapacidade manifesta de alguns dentre eles de fazer frutificar os imensos recursos reais que lhes foram entregues pelos Estados capitalistas avançados, desde 1945, é sintoma adicional da flagrante incapacidade da maioria dos governantes desses países", escreve Carlos Rangel em "L'Occident et le Tiers Monde".

A exploração política do ranço dos devedores contra os credores não alterará para melhor o melanólico cenário econômico-social do Terceiro Mundo. Nunca, jamais, em tempo algum a demagogia alcou-se a sucedânea da competição.

Ao fim destas linhas, ao lembrar-se de notícias de "retomada do nosso milagre econômico" e outras baboseiras do mesmo quilate, talvez haja leitor que me considere cético em meus comentários. Não repilo a eventual qualificação. Mas é preciso que se tome a expressão ceticismo em seu sentido etimológico e filosófico. Porque, como ensina o meu velho, querido e sempre lido don Miguel de Unamuno, "cético não quer dizer o que duvida, mas o que investiga e procura, por oposição ao que afirma e acredita haver achado". "Hay quien escudriña um problema e hay quien nos da una fórmula, acertada o no como solución de él". Ora, como bem sabemos, de fórmulas estamos todos cheios até os gorgomilos.